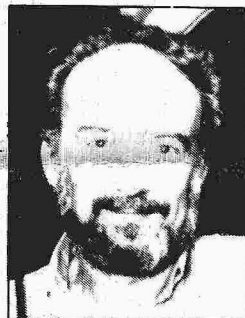


PRESIDENCIÁVEIS NA TV

Washington
Novaes



Como será o Brasil moderno?

Ao longo da campanha na TV, e principalmente nos últimos dias, falaram muitos candidatos na necessidade de mudar para fazer do Brasil um país moderno.

Para o candidato Collor de Mello seria o país que reduzisse a participação do Estado na economia, acabasse com a reserva de mercado na informática, não se fechasse ao capital estrangeiro, e fosse capaz de conviver, sem subserviência, com seus credores externos. Afif Domingos concorda quanto a redução da presença do Estado, mas quer também a redução dos impostos. É uma "desideologização" do Governo, apontando para o que considera a falência das esquerdas, as transformações na área socialista europeia. Paulo Maluf foi mais longe ainda, radicalizando de vez e apontando o perigo das bandeiras vermelhas. Já o comunista Roberto Freire falou mais de uma vez na criação da alternativa socialista democrática e na necessidade de "não sermos tardios na contemporaneidade". Cada candidato, a seu modo, tratou da modernidade.

E o que seria, afinal, a modernidade?

Certamente não será moderno um país onde mais da metade da população passa fome. Nada mais anacrônico que a fome num tempo em que a produção de alimentos no mundo já é maior que a capacidade de consumir. Até mesmo aqui: se produzimos 70 milhões de toneladas de arroz, feijão, soja, milho e trigo, dispomos de mais de quinhentos quilos de grãos e outros alimentos por habitante/ano, o que significaria mais de um quilo por dia por pessoa — sem falar em outros alimentos como várias carnes, laticínios etc. A falta de modernidade não está na produção, está na distribuição. Até porque com as condições naturais brasileiras de solo, água, sol, únicas no mundo, a produção pode ser multiplicada em tempo curto.

Por aí se chega ao primeiro problema que impede a modernidade: a concentração regional, setorial e pessoal da renda. Não é preciso citar números. Os candidatos já o fizeram exaustivamente durante a campanha.

Só é preciso reiterar que não se consumirá nenhum regime politicamente estável com a maioria da população deserdada de tudo. Seria ilusório pensar que os deserdados irão aceitar isso indefinidamente. Já há sinais muito claros de que não aceitarão — nessa guerra civil informal em que os excluídos ocupam todo o território das cidades maiores durante 12 horas sem sol e ameaçam estender seu domínio.

Então, é preciso pensar em desconcentrar. Restabelecer a possibilidade de ascensão social. Criar oportunidades para a redistribuição espacial da economia — ou admitir que se vá continuar empilhando pessoas nas grandes cidades e principalmente nas suas periferias.

Pelo que se discutiu até aqui e durante a campanha, só há uma possibilidade para isso: reequacionando as dívidas externa e interna e mexendo no inacreditável sistema de incentivos, subsídios, perdões, créditos favorecidos e outras mumunhas que, segundo o Banco Mundial e o FMI, desviam dos cofres públicos 60 bilhões de dólares por ano. O que não é possível fazer com esse dinheiro, ou com uma parte dele enquanto, simultaneamente aos cortes, se reorientam os setores econômicos que só atuam dopados pelos recursos públicos?

Outro caminho, disseram muitos candidatos, está no aperfeiçoamento da máquina de fiscalização. Em São Paulo, Estado mais organizado da Federação, as autoridades admitem tranquilamente que a sonegação do ICMS chega a 50 por cento do total, 2 bilhões de cruzados por mês. Como não será nos demais Estados? A Receita Federal também não se envergonha de dizer a mesma coisa quanto aos tributos federais. A Previdência admite que 345 mil empresas lhe devem (fora os 23 bilhões de dólares da União) cerca de 400 bilhões de cruzados, o Produto Interno Bruto de um ano.

Caminhos não faltam. É preciso criar condições políticas.

Ser moderno, hoje, exige que se repense a questão do meio ambiente, para que se deixe de considerar subdesenvolvido um país ou uma região pelo fato de

preservar seus recursos naturais. Como na Amazônia. A biodiversidade amazônica, será o bem mais precioso da humanidade no próximo século. Não podemos jogá-la pela janela para alimentar com carvão vegetal os fornos das gusarias destinadas a exportação para o Primeiro Mundo a preços ridículos — permitindo que economize a nossa custa e evite a poluição nos seus quintais. Ou produzindo carne para hamburger a peso de ouro. Ou desertificando a terra. Esquecendo que ali é preciso começar pensando, como já disse o poeta, que se trata da "pátria da água". Só o que convive com a água dá e pode dar certo.

Se formos capazes dessas coisas mínimas deixaremos, como disse um dos candidatos, de termos vergonha por podermos dormir, comer, morar, vestir, educar os filhos e trabalhar. Vergonha de podermos rir e sermos felizes.

O Brasil tem o direito de reviver, em novos formatos, um tempo em que se orgulhava de ser campeão mundial de futebol, de produzir Pelé, Eder Jofre, Maria Esther Bueno, Manoel dos Santos. De um tempo em que assombrava os músicos sofisticados do Primeiro Mundo inventando a Bossa Nova. Da época em que Gláuber Rocha esbugalhava os olhos dos desenvolvidos com seu cinema e suas profecias sobre um tempo de síntese entre capitalismo e comunismo. Uma hora em que exportávamos a arquitetura de Oscar Niemeyer e produzíamos um teatro vigoroso e questionador, ao lado de uma literatura marcada pelo gênio de Guimarães Rosa. Um tempo em que não era proibido sonhar. Um tempo em que havia ascensão social.

Precisamos fazer a nossa revolução francesa. Dar casa e comida, educação e saúde, transporte e lazer para todos os cidadãos. Precisamos fazer isso muito rapidamente. Para não perder o bonde da história, como falaram tantos presidencialistas na TV.

A história acelera-se. O que levava um século para acontecer, hoje acontece em uma década. O que levava 10 anos, surge em um ano diante de nossos olhos.